

O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL E O ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: dilemas e perspectivas de uma formação docente histórico-educacional para as séries iniciais (1939 – 1969)

Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Luna Freire¹

INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia no Brasil teve sua instituição no final dos anos trinta. Segundo Silva (2003) “o curso [...] foi instituído entre nós por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, através do decreto-lei n.1.190 de 4 de abril de 1939”. Em seu princípio o curso de pedagogia visava formar tanto licenciados quanto bacharéis para diversas áreas. A autora ainda nos apresenta que a partir do decreto acima citado, “[...] o setor pedagógico, ficou instituído por tal documento legal, o chamado “padrão federal” ao qual tiveram que se adaptar os cursos oferecidos pelas demais instituições do país (SILVA, 2003, p.11).”

Para pensarmos sobre a instituição do curso de pedagogia, assim como o desenvolvimento do mesmo, seus dilemas e perspectivas, a partir do Parecer CFE n.251/62 e o Parecer CFE n. 252/69, buscando perceber as relações do curso de pedagogia e o ensino da história da educação dentro do mesmo, refletindo como esse ensino auxiliou e auxilia em uma formação docente dentro de uma perspectiva histórico-educacional para as séries iniciais, houve o apoio teórico de Hobsbawm (1998) no que concerne, especificamente, a pensarmos as categorias “*permanências e mudanças*” que ocorreram durante o período proposto, articulando ainda as ideias educacionais que circundaram o país e que estavam sendo pensadas também junto ao currículo do curso de pedagogia.

Em se tratando de *ideias pedagógicas*, o curso de pedagogia instituído em 1939, teve como panorama geral o movimento advindo de 1932 com os escolanovistas. Ideias renovadoras também adentraram o cenário do curso de pedagogia, que em 1959, com o Manifesto “Mais uma vez convocados” teve ainda mais reforçadas as ideias dos escolanovistas, ideias estas pautadas nas questões relacionadas a centralidade do aluno, em sala de aula, um direcionamento de um ensino mais ativo, que a criança participasse

¹ Mestranda junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa em História da Educação. Graduada em História e Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba.

mais ativamente da aula. O centro das atenções sai da figura do professor e passa a ser a criança e um dos grandes difusores desses ideais no Brasil, é sem sombra de dúvidas o Anísio Teixeira, porém outras figuras importantes se apresentaram junto a esse cenário. Também podemos perceber questões sociológicas, filosóficas, psicológicas e históricas que já estavam presentes dentro das ideias dos reformadores e que acabaram por permear o currículo do próprio curso de pedagogia em sua formação. Desta forma entende-se que as ideias dos renovadores também pairaram no cenário da organização da própria estrutura curricular do curso de pedagogia, que visava inicialmente formar os licenciados que dariam aula nas Escolas Normais, ou seja, docentes que formariam os professores primários. Também cabia ao curso de pedagogia inicialmente formar o bacharel, que não se tinha muito explicitamente qual seria a função específica desse profissional, será tratado com mais abrangência sobre essa questão mais adiante.

Saviani (2011) nos apresenta um cenário muito interessante dessa efervescência de ideias, ditas novas, partindo de seus idealistas. O autor ressalta a figura do Lourenço Filho e as suas bases psicológicas do movimento renovador, ressalta também o Fernando de Azevedo e suas bases sociológicas junto às reformas do ensino, assim como ressalta a importância do Anísio Teixeira e suas bases filosóficas e políticas da renovação escolar. É importante observar esses pontos, para percebermos como tais ideias estiveram presentes dentro do currículo do curso de pedagogia, instituído no ano de 1939. Para entendermos melhor a presença das bases psicológicas, sociológicas, filosóficas e também históricas dentro do curso de pedagogia, vejamos a seguir como o mesmo foi organizado:

O curso de pedagogia ficou assim seriado: complementos de matemática (1ª série), história da filosofia (1ª série), sociologia (1ª série), psicologia educacional (1ª, 2ª e 3ª séries), estatística educacional (2ª série), história da educação (2ª e 3ª séries), fundamentos sociológicos da educação (2ª série), administração escolar (2ª e 3ª séries), educação comparada (3ª série), filosofia da educação (3ª série). O curso de didática ficou constituído pelas seguintes disciplinas: didática geral, didática especial, psicologia educacional, administração escolar, fundamentos biológicos da educação, fundamentos sociológicos da educação. Ao bacharel em pedagogia restava cursar as duas primeiras, uma vez que as demais já constavam do seu currículo no bacharelado. (SILVA, 2003, p.12).

Observando o currículo inicial do curso de pedagogia, é perceptível a presença da *História da Filosofia, Sociologia, Psicologia da Educação, História da Educação,*

Fundamentos Sociológicos da Educação, Filosofia da Educação e junto ao curso de didática que fazia parte do curso de pedagogia, também conseguimos perceber a presença da *Psicologia da educação e dos Fundamentos sociológicos da educação*. Eis alguns importantes aspectos para percebermos o quanto as ideias dos renovadores de 1932 estavam presentes em todos os âmbitos educacionais e o curso de formação de professores em nível superior, bem como de formação dos técnicos educacionais, não ficou estranho a tais ideias educacionais. Vale ressaltar a presença do ensino de história da educação no currículo do curso de pedagogia, já no ano inicial, possivelmente tal inserção contribuiu para a formação de um profissional na área educacional que pudesse compreender as situações vivenciadas em seu trabalho, porém com uma visão do processo histórico-educacional, que se configura de fundamental importância dentro da área educacional.

Passemos agora a observar algumas problemáticas referentes ao curso de pedagogia no Brasil, em relação à diferenciação da formação do docente e do técnico educacional, porém, ambos formados pelo curso de pedagogia. Ressaltando que da instituição do curso de pedagogia até o Parecer CFE n. 252/69, o ensino de história da educação sempre esteve presente junto ao currículo do curso de pedagogia, fato este, que demonstra a importância de tal disciplina, pois a mesma sempre fez parte de um currículo comum, ou seja, fez e faz parte da base do curso de pedagogia. Há muitas questões interessantes à serem pensadas a partir da instituição e desenvolvimento do curso de pedagogia no Brasil, porém, especificamente neste caso, a preocupação maior é em perceber a presença do ensino de história da educação junto ao curso de pedagogia, desde sua instituição, no ano de 1939, auxiliando desta forma, em uma formação docente pautada nos princípios histórico-educacionais.

1. O CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL E SUAS PROBLEMÁTICAS INICIAIS: formando bacharéis e licenciados para a Escola Normal

O curso de pedagogia inicialmente “[...] foi previsto como o único curso da “seção”, de pedagogia que, ao lado de três outras – a de filosofia, a de ciências e a de letras – com seus respectivos cursos, compuseram as “seções”, fundamentais da Faculdade (SILVA, 2003, p.11). Em relação a estrutura do curso de pedagogia, vejamos com maior detalhamento a sua organização:

Como “seção” especial foi instituída a de didática, composta apenas pelo curso de didática. Foram fixados os currículos plenos e também a duração para todos os cursos. Para a formação de bacharéis ficou determinada a duração de três anos, após os quais, adicionando-se um ano de curso de didática, formar-se-iam os licenciados, num esquema que passou a ser conhecido como “3 + 1”. No curso de pedagogia, aos que concluíssem o bacharelado, seria conferido o diploma de bacharel em pedagogia; posteriormente, uma vez concluído o curso de didática, seria conferido o diploma de licenciado no grupo de disciplinas que compunham o curso de bacharelado (SILVA, 2003, p.11/12).

Observando as formações obtidas pelo profissional formado em pedagogia, já podemos perceber os dilemas e nesse momento inicial, tais dilemas eram ainda mais fortes. Não havia uma definição específica de onde trabalharia ou qual seria a função social de um bacharel em pedagogia. Silva (2003) nos alerta ainda que “dentre as finalidades definidas para a Faculdade Nacional de Filosofia é possível reconhecer o que é dirigida ao bacharel em geral. É a que se refere ao preparo de “trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica” (artigo 1º, alínea a)”. O fato é que com essas descrições não fica clara a função social de um bacharel, é uma descrição ampla e que acaba apresentando problemas e que se reportarmos ao bacharel em pedagogia, a problemática é a mesma senão for maior. A autora ainda explicita uma outra problemática atrelada a essa inicial “[...] o decreto-lei n.1.190/39 refere-se especialmente ao bacharel em pedagogia, determinando que, a partir de 1º de janeiro de 1943, houvesse exigência dessa diplomação para o preenchimento dos cargos técnicos de educação do Ministério da Educação (SILVA, 2003, p.13).” Observando tal panorama, é perceptível a problemática que envolve o profissional intitulado bacharel em pedagogia, um conceito amplo e não bem especificado, o que acabou demonstrando desde o princípio um problema para esses profissionais.

As problemáticas em torno do profissional formado em pedagogia, não ficam apenas em relação ao bacharel. A questão em torno da divisão entre bacharel e licenciado também se apresenta de forma confusa, havia uma nítida separação entre as questões pedagógicas, ou seja, os conteúdos e os métodos. Um fator explícito e bastante complicado de se analisar é a exclusão da didática na formação do bacharel, haja vista que a didática formava o licenciado e se a pessoa optasse por formar-se apenas bacharel

não necessitava de realizar o curso de didática. Ou seja, é um currículo separado, dentro do próprio curso de pedagogia que acabava formando dois tipos de profissionais que conseqüentemente teriam suas diferenciações e com isso suas separações de cargos.

Durante alguns anos o curso de pedagogia manteve-se com esse formato inicial, porém a partir do Parecer CFE n.251/62 ocorreram algumas mudanças junto ao currículo do curso de pedagogia o que acabou ampliando suas problemáticas. A partir dos anos sessenta, ocorreram debates no país em relação à fragilidade do curso de pedagogia, chegando a cogitar-se sua extinção. A ideia central era que o curso não tinha um conteúdo próprio, vivia da junção de áreas afins, o que acabava tornando frágil sua permanência. Em relação ao autor do Parecer CFE 251/62, Silva (2003, p.15/16) aponta que:

A previsão do autor do parecer é que, antes de 1970, nas regiões mais desenvolvidas, esse curso teria que ser redefinido e que, provavelmente, nele se apoiariam os primeiros ensaios de formação superior do professor primário, enquanto a formação do “pedagogista” se deslocaria para a pós-graduação, num esquema aberto aos bacharéis e licenciados de quaisquer procedências que se voltassem para o campo da educação. Quanto aos demais aspectos tratados, é interessante observar que o referido parecer não identifica precisamente o profissional a que se refere; trata do assunto de maneira geral quando estabelece que o curso de pedagogia destina-se à formação do “técnico em educação” e do professor de disciplinas pedagógicas do ensino normal, através do bacharelado e da licenciatura, respectivamente. A licenciatura, na forma estabelecida para os cursos de licenciatura em geral, devia ser cursada concomitantemente ao bacharelado, em cursos com a duração prevista para quatro anos. Para o bacharelado, o currículo mínimo era fixado em sete matérias, sendo cinco obrigatórias e duas opcionais, as obrigatórias eram: psicologia da educação, sociologia (geral, da educação), história da educação, filosofia da educação e administração escolar. As opcionais eram: biologia, história da filosofia, estatística, métodos e técnicas de pesquisa pedagógica, cultura brasileira, educação comparada, higiene escolar, currículos e programas, técnicas audiovisuais de educação, teoria e prática da escola média e introdução à orientação educacional.

Apesar das ideias de mudanças, o que se percebe é que não ocorreram maiores diferenciações, com o Parecer n. 251/62, prossegue uma indecisão em relação a função do pedagogo, principalmente no tocante ao “técnico em educação”, não se tem uma descrição mais nítida de qual função, de fato, teria tal profissional. A questão maior é que não estava consolidado o campo de trabalho do “técnico em educação” nos anos

sessenta e com isso algumas tentativas de delinear esse campo foram pensadas, mas não chegaram a maiores resultados. Porém, algo interessante a ser ressaltado é que até então o pedagogo não era formado para ser o docente das séries iniciais, o mesmo era licenciado, mas para dar aulas nas Escolas Normais, e o bacharel era o então chamado “técnico em educação”, que mais adiante, como veremos com o Parecer CFE n.252/69 que já ocorrerá uma mudança bem mais explícita, que é a implementação das habilitações, que até então, não existiam de forma clara, se tinha um profissional intitulado “técnico em educação”, mas não se tinha especificamente a sua função muito bem definida. Ocorreu por parte do Valnir Chagas, autor do Parecer n.251/62 um pensamento de delinear uma aproximação do que só algum tempo depois se tornou algo legal, que é o curso de pedagogia, formar o docente das séries iniciais e as habilitações tornarem-se parte de pós-graduações, e podemos adiantar como parte desse processo, uma questão que se coloca atualmente, que é um incentivo para que as Escolas Normais sejam extintas, e os cursos de pedagogia formem os professores docentes. É sabido inclusive, que a própria LDB de 1996 ainda aceita como legal a formação do professor em nível médio para lecionar as séries iniciais, mas há um combate de vários profissionais da área educacional para que tal formação seja feita em nível superior, inclusive foi e ainda é pauta de políticas públicas, até porque a ideia é que gradativamente os professores que têm apenas o ensino médio na modalidade normal, curse o ensino superior, e atualmente tal formação se dá junto ao curso de pedagogia.

Outro ponto interessante a ser observado, é a presença junto ao currículo do bacharelado, dentro do chamado currículo mínimo, e que deveria ser feito, concomitantemente com a licenciatura. É bastante pertinente percebermos que a história da educação caminha junto do curso de pedagogia em todos os momentos, mudanças são propostas, novas formas são pensadas, mas em nenhum momento o ensino de história da educação foi suprimido do currículo do curso de pedagogia, o que demonstra uma importância de tal disciplina para a formação do pedagogo, seja ele o licenciado para atuar nas Escolas Normais, seja o “técnico em educação”, seja o habilitado em áreas específicas ou mesmo posteriormente o docente das séries iniciais ou o pedagogo que atua em áreas diversas, na atualidade. Demonstrando assim a grande importância de se ter uma formação histórico-educacional junto ao pedagogo.

2. O CURSO DE PEDAGOGIA E AS HABILITAÇÕES ESPECÍFICAS: o magistério dos cursos normais e as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção

Tomando como eixo norteador as categorias “*permanências e mudanças*” propostas pelo Hobsbawm (1998), podemos perceber que a partir do Parecer n. 252/69 ocorreram mudanças significativas na estrutura curricular do curso de pedagogia no Brasil. Saviani (2011, p.365) nos alerta sobre a emergência e predominância da concepção produtivista de educação em que:

O aprofundamento das relações capitalistas decorrente da opção pelo modelo associado-dependente trouxe consigo o entendimento de que a educação jogava um papel importante no desenvolvimento e consolidação dessas relações. [...] O pano de fundo dessa tendência está constituído pela teoria do capital humano, que, a partir da formulação inicial de Theodore Schultz, se difundiu entre técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. E adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos. O ano de 1969 é o marco de abertura dessa nova etapa [...] no campo especificamente pedagógico, foi também em 1969 que se deu a aprovação do Parecer CFE n. 252, que introduziu as habilitações técnicas no curso de pedagogia.

As *ideias pedagógicas* que circundaram nos final dos anos sessenta, tiveram o panorama técnico e o curso de pedagogia não ficou fora desse cenário. As habilitações pedagógicas fazem parte desse cenário técnico, que antes estava presente no curso de pedagogia, mas não se configurava de forma explícita. A partir de 1969, o panorama muda de forma e fica bem mais explícita a função técnica do pedagogo. A ideia de eficiência e de produtividade junto à educação estava pautadas dentro do currículo do curso de pedagogia. Havia uma necessidade em relação à função do pedagogo, ou seja, era necessário “[...] estabelecer a correspondência direta e imediata entre currículo e tarefas a serem desenvolvidas em cada profissão, tendência esta bastante visível no contexto pós-golpe militar de 1964 (SILVA, 2003, p.23).” Em relação ao técnico em educação, Silva (2003, p.23/24) aponta que:

Consequentemente, no âmbito do curso de pedagogia, ganhava espaço a ideia de que o técnico em educação se tornava um

profissional indispensável à realização da educação como fator de desenvolvimento. [...] Apesar de anunciada desde 1964 com o intuito de “disciplinar o estudantado” e de mudanças parciais na universidade já terem sido decretadas com o objetivo de economizar recursos e obter maior produtividade, a reformulação do ensino superior, no seu todo, passou a ser tratada com urgência em 1968 [...].

Outro ponto muito importante a ser ressaltado e que acaba fundamentando ainda mais esse panorama técnico da educação superior no Brasil, é a Reforma Universitária, de 1968. Silva (2003, p.25) nos apresenta que “com a aprovação da lei federal n. 5.540 de 28 de novembro de 1968 – a Lei da Reforma Universitária -, triunfam os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade no trato do ensino superior. Sobre o curso de graduação em pedagogia junto ao Parecer CFE n.252/69, Silva (2003, p.26) ainda explicita que:

[...] esse parecer não deixa dúvida quando ao profissional, ou melhor aos profissionais a que se refere ao ser apresentado como instrumento legal que fixa os mínimos de currículo e duração para o curso de graduação em pedagogia, visando à formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito de escolas e sistemas escolares.

O Parecer é muito claro, o que tinha-se antes de insegurança no Parecer n. 251/62 quanto ao profissional formado no curso de pedagogia, este novo Parecer n. 252/69 é mais esclarecedor. Aponta a formação técnica e inclusive resalta sua importância. Como já foi citado durante todo o decorrer deste artigo, não poderia deixar de explicitar algo que já vem sendo ressaltado como de fundamental importância dentro do curso de pedagogia, por mais que haja mudanças, que é a presença do ensino de história da educação. Silva (2003, p.27) aponta com muita clareza sobre as áreas que compunham a formação pedagógica: “São cinco as áreas que realmente constituem a base de qualquer modalidade de formação pedagógica, a parte comum fica composta pelas seguintes matérias: sociologia geral, sociologia da educação, psicologia da educação, história da educação, filosofia da educação e didática.” Desta forma, torno a refletir sobre a importância do ensino da história da educação como parte basilar da formação do pedagogo, desde sua implementação no Brasil, passando por *mudanças e permanências* tal ensino se mantém como parte fundamental do currículo do curso de pedagogia, inclusive se perpetuando até os dias atuais.

Só para não esquecer de um aspecto interessante discutido na introdução deste artigo, e que não pode ser deixado de lado, a partir de agora serão ressaltadas algumas considerações acerca de um dos renovadores da educação, o Anísio Teixeira, um dos disseminadores assíduos do movimento escolanovista no país. Anteriormente, foi discutido sobre as *ideias pedagógicas* que circundavam o Brasil nos anos trinta e que acabou naquele momento influenciando também o currículo do curso de pedagogia. Pensando nas *permanências e mudanças*, é fato que o Valnir Chagas implementador dos dois Pareceres o CFE n.251/62 e o CFE n.252/69 que participou da mudança no curso de pedagogia no Brasil, considerava-se segundo Saviani (2011, p.37) “discípulo e, de certo modo, continuador de Anísio Teixeira. Quando publicou seu primeiro livro, *Didática especial de línguas modernas*, solicitou a Anísio Teixeira a redação do prefácio.” Existem algumas questões que acabaram sendo levantadas acerca da Escola Nova e da Pedagogia Tecnicista, há discussões que apontam a Escola Nova como sendo principadora dos nortes que seriam trazidos mais adiante pela Pedagogia Tecnicista. Porém, Saviani (2011, p.376) alerta em relação ao relacionamento de Chagas e Teixeira, o seguinte:

A reiteração do relacionamento de Valnir Chagas com Anísio Teixeira traz à baila perguntas como: Valnir teria sido, continuador da obra de Anísio? A pedagogia tecnicista estaria dando continuidade ao movimento da Escola Nova? [...] a figura de Valnir Chagas discrepa significativamente daquela de Anísio Teixeira. Nada mais distante de Anísio do que se colocar a serviço de um regime autoritário. Portanto, em que pesem os eventuais pontos em comum, as visões pedagógicas de cada um deles decididamente não coincidem.

Apesar de Chagas e Teixeira, segundo Saviani (2011) terem ideias diferentes, mas é fato que a pedagogia escolanovista tem aspectos em comum com a pedagogia tecnicista, pondera-se por tanto a afirmativa de que uma foi a semente inicial da outra, mas compreende-se que ambas têm aspectos em comum. Conforme nos alerta ainda Saviani (2011, p.382) “[...] enquanto na pedagogia nova são os professores e alunos que decidem se utilizam ou não determinados meios [...] na pedagogia tecnicista cabe ao processo definir o que professores e alunos devem fazer.”

O que se apresenta como algo bastante interessante a ser refletido é em relação ao movimento das próprias *ideias pedagógicas* que vão circulando durante todo o período aqui proposto para ser discutido, em relação especificamente ao curso de

pedagogia. Percebemos que inicialmente no final dos anos trinta ocorreu uma aproximação das ideias ditas novas, ou seja, do movimento da Escola Nova junto ao currículo do curso de pedagogia, tal influência adveio do movimento renovador de 1932, com o Manifesto dos Pioneiros e posteriormente com o movimento ainda proposto pelos renovadores em 1959, com o Manifesto “Mais uma Vez Convocados”. Percebemos que com o passar do tempo, e adentrando nos anos sessenta o panorama foi mudando, não em larga escala inicialmente, mas com o Parecer n. 252/69 e com os resquícios da Reforma Universitária em 1968 e com o panorama do Regime Militar aí conseguimos perceber com maior clareza algumas *mudanças* na organização do curso de pedagogia, é nesse momento que o curso começa a se firmar muito mais no cenário técnico e funcional, atendendo a uma especificidade do período pelo qual o país estava passando, ou seja, a Ditadura Militar que primou por um ensino técnico, racional e funcional.

Compreende-se então a partir do panorama apresentado em relação as mudanças do curso de pedagogia e a partir do Parecer CFE n.252/69 com a implementação das habilitações pedagógicas, que o curso teve desde sua criação em 1939 momentos de indefinição em relação ao profissional que seria formado no curso de pedagogia, bem como momentos de uma melhor definição dessa formação, mas ainda assim apresentando problemas. É perceptível que o movimento das *ideias pedagógicas*, assim como das *mudanças e permanências* se colocam sempre junto a um contexto histórico social e político, bem como histórico educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de perpassarmos da criação do curso de pedagogia, no ano de 1939 até o ano de 1969 com a implementação das habilitações pedagógicas, ficou claro que as questões históricas, sociais, políticas e econômicas acabam norteando o caminhar da educação. Tais aspectos fazem parte do pano de fundo do cenário que comporta reformas educacionais, mudanças e até mesmo currículos. O movimento educacional vai caminhando lado a lado com as questões históricas e processuais que a sociedade vai vivenciando. Vimos que inicialmente o curso de pedagogia não tinha bem definido o seu profissional, havia dualidades entre o licenciado e o bacharel, em 1939. Posteriormente com o Parecer CFE n. 251/62 mudanças ocorreram, porém não tão significativas, ficou mais explícito a formação do “técnico em educação”, mas havia

uma indefinição do que, de fato, era a função deste profissional. Já com o Parecer CFE n. 252/69 aí sim o panorama mudou e com a implementação das habilitações pedagógicas, o profissional formado no curso de pedagogia, era mais um técnico, com funções mais bem definidas, como a orientação, supervisão, inspeção educacional, ressaltando que o docente do ensino normal prosseguiu junto de tal formação, o que acabou prosseguindo com um panorama problemático, pois ainda deixou margem para várias formações, dentro de um mesmo curso de pedagogia.

Conseguimos perceber também que nem sempre o curso de pedagogia no Brasil foi destinado à formação docente para as séries iniciais, sendo esta formação tendo sido pensada ainda nos anos sessenta, mas que só posteriormente foi posta em prática, ressaltando que os debates em torno dessa questão, sempre ocorreram no país. Para pensarmos em um cenário mais contemporâneo, apenas a título de fomentar ideias para futuros trabalhos sobre tal questão, é que um dos aspectos apontados pela LDB 9394/96, foi que os professores das séries iniciais que só tinham a formação normal de nível médio, precisariam fazer o curso de pedagogia, em nível superior e a ideia é que paulatinamente as escolas normais sejam extintas, mas é algo ainda para um futuro, talvez distante, pois também há pessoas que defendem a importância do ensino normal junto à formação do professor das séries iniciais, esses defensores apontam em suma, que o ensino normal prepara melhor a prática dos alunos, enquanto o curso de pedagogia discute muito mais questões teóricas.

Para finalizar este artigo é ressaltada a importância do ensino de história da educação junto ao curso de pedagogia, observando que o mesmo sempre esteve presente no currículo do curso, aparecendo inclusive junto as disciplinas basilares do currículo. Entende-se que o ensino de história da educação na formação do pedagogo é de fundamental importância, pois apresenta o movimento educacional a partir de um olhar histórico-educacional. Na formação do pedagogo sempre foi importante ter essa visão da educação, mas de uma forma processual e que caminha junto com as questões históricas, sociais, políticas e econômicas. A educação não aparece do nada, existe uma intencionalidade nas propostas da política educacional, do período político que vivenciamos e com isso o olhar histórico-educacional se configura como sendo de fundamental importância, por esse motivo, é visível que a história da educação em nenhum momento saiu do panorama do curso de pedagogia, aliás, permaneceu e permanece até os dias atuais, exatamente para dar esse enfoque e dar essa solidez ao curso de pedagogia.

Assim sendo, percebemos os dilemas, as perspectivas do curso de pedagogia, de sua implementação, de suas mudanças, do ensino de história da educação e da relação com o curso de pedagogia, assim como com a formação do docente para as séries iniciais, ressaltando que nem sempre foi o objetivo do curso de pedagogia, mas que processualmente tornou a ser, e tanto durante tal processo como nos dias atuais, o ensino de história da educação é de suma importância para uma formação docente que tem um olhar direcionado para as questões educacionais, mas que consegue percebê-las a partir de uma formação com uma base histórico-educacional, e eis que é o ensino de história da educação que dá tal aporte ao pedagogo, ao docente das séries iniciais.

REFERÊNCIAS

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid. Knipel Moreira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2 ed revista e atualizada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 66).